GEOSABERES: Revista de Estudos Geoeducacionais
ISSN: 2178-0463
fabiomoria@gmail.com
Universidade Federal do Ceará
Brasil

A RETÓRICA DA PERDA E A QUESTÃO DO PATRIMÔNIO NO FUTEBOL PADRÃO FIFA: O CASO DO MARACANÃ

CHIMENTO, MARCELO RUTOWITSCH

A RETÓRICA DA PERDA E A QUESTÃO DO PATRIMÔNIO NO FUTEBOL PADRÃO FIFA: O CASO DO MARACANÃ
GEOSABERES: Revista de Estudos Geoeducacionais, vol. 7, núm. 12, 2016
Universidade Federal do Ceará, Brasil
Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552862327009
DOI: https://doi.org/10.26895/geosaberes.v7i12.283

Este trabalho está sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

A RETÓRICA DA PERDA E A QUESTÃO DO PATRIMÔNIO NO FUTEBOL PADRÃO FIFA: O CASO DO MARACANÃ

THE RHETORIC OF LOSS AND THE ISSUE OF HERITAGE IN THE FIFA STANDARD SOCCER: THE CASE OF MARACANÃ

LA RETORICA DE LA PÉRDIDA Y EL PROBLEMA DEL PATRIMONIO EM EL FÚTBOL ESTÁNDAR FIFA: EL CASO DEL MARACANÃ

MARCELO RUTOWITSCH CHIMENTO
Instituto Nacional da Propriedade Industrial, Brasil
marcelo.chimento@gmail.com

DOI: https://doi.org/10.26895/geosaberes.v7i12.283
Redalyc: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552862327009

Recepção: 17 Fevereiro 2015
Aprovação: 28 Maio 2015

Resumo:

O objetivo deste trabalho é discutir o futebol como patrimônio cultural, para que se possa definir o que (e como) deve ser objeto de proteção no amplo universo de práticas e lugares que está relacionado ao esporte. O debate torna-se ainda mais importante porque os estádios passaram por relevantes mudanças para que se adaptassem aos padrões determinados a locais que sediam jogos de Copa do Mundo, o que também interfere nas práticas de torcedores. Para exemplificar a situação, recorre-se ao debate observado na imprensa em torno das mudanças realizadas no Maracanã, um dos símbolos do Brasil e do Rio de Janeiro, em particular. Esta análise reflete a urgência do debate proposto num cenário de mudanças.

Palavras-chave: Futebol, Patrimônio Cultural, Maracanã.

Abstract:

The objective of this paper is to discuss soccer as cultural heritage, in order to define what (and how) should be the object of protection in the broad universe of practices and places that are related to the sport. This debate becomes even more important because the stadiums have undergone major changes to adapt to the standards determined to sites that host World Cup games, which also interferes with fans practices. To illustrate the situation, this article focus the debate noted in the press about the changes of Maracanã, one of the symbols of Brazil and Rio de Janeiro, in particular. This analysis reflects the urgency of the proposed debate in a scenario of changes.

Keywords: Soccer, Cultural Heritage, Maracanã.

Resumen:

El objetivo de este trabajo es discutir el fútbol como patrimonio cultural, de modo que sea posible definir qué (y cómo) debe ser objeto de protección en el amplio universo de prácticas y lugares que están relacionados con el deporte. El debate se vuelve aún más importante ya que los estadios han sufrido grandes cambios para adaptarse a las normas para los sitios que albergan partidos de la Copa del Mundo, que también interfiere con las prácticas de los aficionados. Para ilustrar la situación, este articulo trata del debate que se señaló en la prensa acerca de los cambios en el Maracanã, uno de los símbolos de Brasil y de Río de Janeiro, en particular. Este análisis refleja la urgencia del debate propuesto em um escenario de cambios.

Palabras clave: Fútbol, Patrimonio Cultural, Maracanã.

INTRODUÇÃO

"Quem sabe um dia a gente não transforme o futebol em patrimônio cultural deste país, porque o futebol é cultura, sobretudo se assistir aos filmes Mané Garrincha ou Pelé Eterno". As palavras do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2007, durante evento no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) [1], ressaltam a importância do esporte para a identidade do povo brasileiro.

Entretanto, sete anos depois, a promessa de Lula não se transformou em realidade. O que se concretizou em 2014 foi a realização da Copa do Mundo no Brasil, exigindo a reforma de alguns estádios, a construção

de outros e, de modo geral, a mudança na experiência de assistir ao futebol, devido às exigências para os locais de competição feitas pela Fifa (cuja sigla significa Fédération Internationale de Football Association). É o chamado "padrão Fifa", que exige, por exemplo, a instalação de assentos individuais – não pode haver espaço para torcedores em pé, sem cadeiras, como na antiga geral do Maracanã. [2]

Com o surgimento de espaços que seguem modelos internacionais e apresentam, muitas vezes, ingressos caros para muitas pessoas, pode-se observar críticas na imprensa que denunciam a "elitização" dos estádios e o desaparecimento de práticas tradicionais, como os torcedores fantasiados. É a chamada "retórica da perda" (GONÇALVES, 2002), ou seja, a ideia de que se deve impedir a destruição de um patrimônio que está em risco.

Considerando o futebol a partir da perspectiva da identidade, é interessante observar, nas críticas atuais, o retorno às origens do esporte no Brasil. O futebol, entre os séculos XIX e XX, era uma prática da elite (MÁXIMO, 1999). Ao longo do século passado, na construção do Brasil moderno, o esporte tornou-se cada vez mais popular e foi apropriado como um patrimônio nacional, a ser valorizado e protegido, retomando as palavras do ex-presidente Lula, citadas anteriormente.

Porém, diante das mudanças ligadas a um esporte tão importante para os brasileiros, fica uma pergunta: quais bens materiais e imateriais relacionados ao futebol podem ser considerados como patrimônios culturais? A partir da "retórica da perda" observada em textos jornalísticos e comentários de leitores sobre o novo Maracanã, bem tombado pelo IPHAN e reinaugurado em 2013 após uma reforma, o objetivo deste trabalho é discutir o futebol como patrimônio cultural, para que se possa definir o que (e como) deve ser objeto de proteção no amplo universo relacionado ao esporte, que envolve locais, instituições, personagens e diversas formas de manifestação.

Com foco no Rio de Janeiro, o artigo também aponta diferenças entre as ações que relacionam o futebol ao patrimônio cultural nos planos federal, estadual e municipal, o que reforça a ideia de um debate que integre as diversas instâncias de governo.

O PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL

Antes de avançar nas questões específicas do futebol, deve-se compreender o conceito de patrimônio cultural e sua construção. Para isso, é fundamental analisar a "retórica da perda", a partir do trabalho de José Reginaldo Gonçalves, que evidencia o processo discursivo relacionado às práticas de preservação.

De acordo com Gonçalves (2002), a narrativa da preservação está associada a uma concepção histórica moderna, na qual haveria um processo inevitável de destruição dos valores, objetos e instituições que se relacionam à identidade de uma nação. Num mundo cada vez mais globalizado, as marcas do passado e a diversidade cultural tenderiam a ser substituídas pela homogeneização – questão presente na discussão aqui proposta sobre o caso do Maracanã.

O discurso de perda, usado por intelectuais que se dedicam ao debate sobre patrimônio cultural, "pressupõe uma situação original ou primordial de integridade e continuidade, enquanto a história é concebida como um processo contínuo de destruição daquela situação" (GONÇALVES, 2002, p. 87). Neste contexto discursivo, apropriar-se do seu patrimônio cultural e protegê-lo estariam entre as tarefas obrigatórias para a nação. O risco a este patrimônio, entendido como expressão da identidade nacional, seria uma ameaça ao próprio país.

Em meio à dinâmica social de lembranças e esquecimentos (ABREU, 2007), na qual se constrói a noção de identidade, os patrimônios selecionados, fora de seus contextos originais, se enquadram numa unidade imaginária (a "cultura nacional", por exemplo). Tais bens se transformam em "objetos de desejo", gerando esforços para recuperá-los (GONÇALVES, 2002).

Na medida em que, em nome da nação, de um grupo étnico ou de qualquer categoria coletiva, esses intelectuais, por meio de políticas de Estado, reapropriam-se de múltiplos e heterogêneos objetos e os recontextualizam sob os rótulos de patrimônio cultural, civilização, tradição, identidade e outros, eles

PDF gerado a partir de XML Redalyc JATS4R
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa acesso aberto

produzem os valores que, supostamente, estão em processo de declínio e desaparecimento. A despeito de sua condição fragmentária, esses valores expressariam uma condição de totalidade, integridade e continuidade – atributos que caracterizariam uma "autêntica" identidade nacional (GONÇALVES, 2002, p. 88).

Este problema traz a seguinte questão: quem pode dizer o que é ou não patrimônio cultural brasileiro? Nas últimas décadas, esta discussão assumiu maior importância, inclusive nos meios de comunicação, como parte de uma luta pela autoridade para identificar e representar a "verdadeira" cultura nacional e sua memória (GONÇALVES, 2002).

No século passado, dois intelectuais se destacaram na formulação das políticas brasileiras de proteção ao patrimônio cultural: Rodrigo Melo Franco de Andrade e Aloísio Magalhães. Em 1937, Andrade assumiu o recém-criado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e o Decreto-Lei nº 25 instituiu o tombamento, que permitiu a proteção de bens materiais como as obras de Aleijadinho e as igrejas de Ouro Preto (MG). Havia quatro tipos de livros de tombo: Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Histórico; Belas Artes; e Artes Aplicadas.

Seguindo o pensamento implantado por Andrade, o patrimônio cultural ficou associado aos objetos, à valorização do passado e ao tema da nação (ABREU, 2007). Era o tempo do patrimônio de "pedra e cal", seguindo o movimento de preservação iniciado na França quando a população, no período posterior à Revolução Francesa, queria destruir os vestígios do Antigo Regime, como ressalta Abreu (2007).

Diferente de Andrade, ao assumir o já denominado IPHAN, em 1979, Aloísio Magalhães adotou um discurso que considerava a diversidade cultural, religiosa e étnica do Brasil. Como destaca Abreu (2007, p. 274): "Magalhães propunha uma visão projetiva da história: ele acreditava que a identidade cultural brasileira ainda estava em processo de formação. O passado devia ser levado em conta apenas na medida em que tornava possível a continuidade deste processo".

Ao fazer um resumo das últimas décadas, Abreu (2007) lembra que o século XX marcou a consolidação da ideia de patrimônio cultural no Brasil e, recentemente, ganhou força a noção de que as diversas formas de expressão devem ser valorizadas. Segundo a autora (2007, p. 267), este tipo de patrimônio se constitui num "bem coletivo, um legado ou uma herança artística e cultural por meio dos quais um grupo social pode se reconhecer".

Esta concepção diversificada está na Constituição de 1988. O artigo 215 afirma que "o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais". Já o 216 determina que "constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira".

Como destaca o IPHAN em seu Portal na Internet [3] , a partir da atual Constituição, houve o reconhecimento de que o patrimônio cultural inclui tanto bens materiais quanto imateriais e foram estabelecidos o registro e o inventário como formas de preservação (além do tombamento, que já existia). Neste contexto, foi editado o Decreto nº. 3.551, de 2000, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI). Por sua vez, o IPHAN consolidou o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), que é uma metodologia de pesquisa para gerar conhecimento sobre domínios da vida social aos quais são atribuídos sentidos e valores, sendo referências de identidade para um grupo.

Segundo o Decreto, o registro dedicado aos bens imateriais tem os seguintes livros: dos Saberes; das Celebrações; das Formas de Expressão; e dos Lugares. Já o PNPI tem a função de implementar política de inventário, referenciamento e valorização deste tipo de patrimônio. Neste cenário, planos de salvaguarda dos bens começaram a ser traçados para sua preservação, com ações de suporte e fomento.

Para os bens imateriais, o Brasil segue a definição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que concluiu em 2003 a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, ratificada pelo Brasil em 2006:

PDF gerado a partir de XML Redalyc JATS4R
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa acesso aberto

Entende-se por "patrimônio cultural imaterial" as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. (UNESCO, 2006, p. 4)

Diante de um campo amplo e dinâmico como as manifestações culturais, Vianna (2004) afirma que a regulamentação atual não é suficiente: deve-se criar uma legislação para o patrimônio imaterial que seja complementar à existente para o material, considere a natureza específica deste patrimônio e esclareça direitos e limites de uma forma de titularidade difusa. Ainda na questão legal, Telles (2010) defende a busca por uma definição que torne mais claros os critérios de classificação e constituição dos bens como patrimônios culturais.

Enquanto isso, como forma de orientar as ações relativas ao patrimônio, Maria Cecília Londres Fonseca destaca a noção de referência cultural. O conceito inclui os sentidos e valores atribuídos pelas pessoas ou grupos a bens e práticas sociais. Para a autora, ao se aproximar do ponto de vista dos sujeitos, o objetivo é garantir-lhes "o estatuto de legítimos detentores não apenas de um saber-fazer, como também do destino de sua própria cultura" (FONSECA, 2001, p. 118). Segundo a autora, a postura é preventiva, pois procura identificar sentidos que estão sendo criados (e reformulados) permanentemente na sociedade. Neste contexto, não se pode tratar o patrimônio apenas como mercadoria para consumo cultural (VELOSO, 2006).

Ao abordar especificamente o inventário dos sítios históricos urbanos, quando está em jogo o reordenamento do espaço, Fonseca (2001) afirma que não se deve levar em conta somente o valor histórico e artístico dos bens, mesmo que a intervenção inclua considerações sobre racionalidade econômica e social. É preciso levar em conta a dimensão simbólica do espaço para quem vive nele.

Resumindo o cenário atual, Starling (2011) aponta duas tendências nas políticas de gestão do patrimônio cultural: a primeira destaca a intensificação do uso econômico dos bens patrimoniais, voltada ao turismo e ao consumo cultural; e a segunda ressalta a importância da participação deliberativa de novos atores nos processos decisórios. Ao criticar o primeiro modelo, a autora afirma que intervenções consideradas enobrecedoras em espaços urbanos possuem, entre outras, a característica de exclusão dos grupos que não se enquadram nos novos padrões de consumo, o que afeta a dinâmica social envolvida.

Tal compreensão está diretamente relacionada ao debate sobre o futebol "padrão Fifa" e a possível perda da diversidade. Ao discutir o futebol no Brasil, não estão em jogo apenas os critérios do mercado globalizado que rege os espetáculos esportivos – e que são pertinentes, uma vez que a modernização dos estádios traz impactos positivos, como mais conforto e segurança. Neste contexto, também se deve levar em conta, a partir do conceito de referência cultural, a simbologia criada pelas pessoas que há décadas vão aos estádios em dias de jogos, e querem continuar a frequentá-los depois da Copa do Mundo.

Mas não se trata, simplesmente, de estabelecer uma oposição entre mercado e tradição, o que aparece com frequência em reportagens analisadas. Como destaca Gonçalves (2007), é preciso considerar que o patrimônio não depende apenas de decisões do Estado, atividades deliberadas de indivíduos ou iniciativas do mercado: os bens classificados como patrimônios, constituídos numa dinâmica social em transformação constante, devem possuir reconhecimento do seu público, o que se relaciona ao conceito de "ressonância". Quando ocorre a rejeição, torna-se evidente que há um problema.

Porém, antes de passar ao estudo de caso, é preciso realizar uma contextualização sobre o futebol no Brasil.

PDF gerado a partir de XML Redalyc JATS4R
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa acesso aberto

O FUTEBOL E A IDENTIDADE NACIONAL

Difundido por todo o Brasil hoje em dia, o futebol chegou ao País com um filho de ingleses, Charles Miller, que voltou a São Paulo após estudar na Inglaterra, e realizou o primeiro jogo em 1895, na Várzea do Carmo, área que Máximo (1999, p. 181) define como "o jardim da alta classe média paulistana". De acordo com o autor, entre os séculos XIX e XX, o futebol era praticado em clubes de elite e com um viés claramente racista: o presidente Epitácio Pessoa chegou a recomendar que não fossem incluídos mulatos na delegação brasileira que iria a Buenos Aires para o Campeonato Sulamericano de 1921 [4].

Apesar do preconceito existente, o esporte ganhava cada vez mais espaço entre as camadas populares, com suas regras e materiais simples. Em 1919, quando o Brasil conquistou, no Rio de Janeiro, o Campeonato Sulamericano contra o Uruguai, na prorrogação, o futebol já havia conquistado fama considerável: "Dali em diante, a paixão só cresceria. Torcer tornar-se-ia quase uma religião" (MÁXIMO, 1999, p. 184).

Nos anos 1930, com a profissionalização, os clubes "poderiam arregimentar jogadores de qualquer raça ou condição social, contratados como empregados, sem precisarem *macular* seu quadro social", como destaca Máximo (1999, p. 186). De acordo com o autor, esta mudança abriu caminho para a evolução do futebol brasileiro e a ascensão de craques como Leônidas da Silva, Pelé e tantos outros. Num tempo em que o Brasil começava a valorizar sua diversidade cultural, o esporte passava a ser visto como uma combinação bem-sucedida de vários elementos. No prefácio para o livro "O negro no futebol brasileiro", de Mário Filho, republicado nos anos 80 em livro sobre o clássico Flamengo x Fluminense (FILHO; FERREIRA, 1987), Gilberto Freyre afirma que a capoeiragem e o samba estão presentes no estilo brasileiro de jogar: "Com esses resíduos é que o futebol brasileiro afastou-se do bem ordenado original britânico para tornar-se a dança cheia de surpresas irracionais e variações dionisíacas que é" (1987, p. 57). Como parte desta situação, fora de campo também se constituíam manifestações típicas do perfil nacional – algumas serão destacadas no item sobre o Maracanã.

Daí em diante, o futebol se tornou um fator de afirmação nacional (com os títulos de 1958, 1962 e 1970) e inclusão social. O tricampeonato mundial marcou uma época de intenso uso político do futebol e da seleção brasileira, em particular (MÁXIMO, 1999), devido ao ufanismo que era alimentado durante o Regime Militar.

Mas, independente do uso político, a popularidade do futebol no Brasil tem razões mais profundas. Diante de uma sociedade altamente hierarquizada e que muitas vezes descumpre as normas ou as modifica por conveniências, como a brasileira, Roberto DaMatta (1982) identifica no futebol um sistema de regras que ninguém pode mudar e cujo sucesso está baseado no desempenho, não nas relações pessoais. "Trata-se, como se observa, da utilização do futebol como um instrumento que permite experimentar a igualdade" (DAMATTA, 1982, p. 39). Além disso, segundo o autor, o esporte possibilita a expressão das individualidades. No futebol, portanto, a diversidade é valorizada, seja no campo ou nas arquibancadas, ao mesmo tempo em que a experiência da vitória ou da derrota é vivida igualmente por todos os torcedores de um time, e o descumprimento de qualquer regra universal do esporte (expresso no erro da arbitragem) é fortemente criticado.

Tal modelo, bem diferente do padrão social brasileiro, permite a compreensão dos mecanismos que geram a popularidade do futebol no País. E também leva à conclusão de que o futebol, com seus times, torcidas e manifestações, possui uma enorme quantidade de memórias, tradições e práticas que podem ser apropriadas e preservadas, retomando a discussão do patrimônio cultural.

Porém, antes de chegar à análise do futebol como patrimônio cultural, é preciso assinalar que um discurso de crise vem se instalando nos últimos anos, apesar dos títulos mundiais de 1994 e 2002. Helal e Gordon (2002) citam, por exemplo, a saída de jogadores consagrados para o exterior, o endividamento dos clubes, a violência nos estádio e a queda no número de espectadores nas partidas. Ao problematizar tais questões, que já

PDF gerado a partir de XML Redalyc JATS4R
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa acesso aberto

haviam sido observadas em outras épocas, os autores mostram que a ideia de crise está ligada à particularidade do momento atual, em que há mudanças na construção social do futebol no Brasil.

Neste contexto, existe uma tensão entre a permanência de uma visão tradicional, que liga o esporte ao nacionalismo e às práticas populares, e a tendência de modernização, voltada para uma lógica de mercado.

A transformação do futebol num produto ratifica sua dissociação com domínios mais totalizantes e coloca-o num meio em que passa a fazer parte de uma miríade de produtos de entretenimento (e de consumo), no meio de tantos outros (com a difusão das redes de televisão, o aumento da produção de mídia) disponíveis no mercado. No entanto, grande parte dos agentes do mundo do futebol crê que essa transformação será capaz justamente de reconduzir o futebol a seu posto de esporte nacional. Eis o paradoxo da crise. (HELAL; GORDON, 2002, p. 52)

A conciliação entre os aspectos tradicionais e a modernização poderia conduzir o futebol a mais uma fase dourada, segundo Helal e Gordon (2002), mas é preciso discutir quais são os efeitos da mudança realizada nos estádios. Isso leva ao debate sobre o patrimônio cultural relacionado ao universo do futebol.

FUTEBOL E PATRIMÔNIO: INTERAÇÕES DIVERSAS

Antes de passar às ações, é preciso ressaltar a existência de produção acadêmica que sustenta a caracterização do futebol e suas manifestações como patrimônio cultural. D'Onofre, Barbosa e Fernandes (2009), por exemplo, propõem que o esporte seja considerado patrimônio do Rio de Janeiro. Ao realizar entrevistas com torcedores, eles mostram que a paixão pelos clubes cariocas está enraizada na sociedade e, em alguns casos, passa de geração para geração – o que está incluído no conceito de patrimônio cultural imaterial da UNESCO.

Mas como o pensamento se traduz em ação? O objetivo aqui é mostrar que há interpretações bem diferentes nos planos federal, estadual e municipal, com foco no Rio de Janeiro. Outros dois exemplos são apresentados para reforçar o cenário de dispersão relativo ao futebol como patrimônio cultural.

No IPHAN, pode-se encontrar, na relação com o esporte, apenas o tombamento do Maracanã, incluído no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico desde 2000, entre os bens materiais protegidos no Rio de Janeiro [5]. Não há nenhuma proteção a bens imateriais relacionados ao futebol no estado ou na capital.

No Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac) do Rio de Janeiro também não há proteção para qualquer bem imaterial relacionado ao futebol. Mas existem, entre outros, os tombamentos do Conjunto Arquitetônico e Esportivo do Fluminense e da Sede do Bangu Atlético Clube (antigo cassino da vila operária da Fábrica de Tecidos Bangu). [6]

No âmbito do município do Rio de Janeiro, a situação é bem diferente. O Portal do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH) inclui, entre outros, os tombamentos do Conjunto Arquitetônico e Esportivo do Fluminense; da sede do Botafogo; do Estádio Proletário Guilherme da Silveira (em Bangu); e do complexo do Maracanã. Mas também aparecem tipos diversos de bens culturais de natureza imaterial relacionados ao futebol: a torcida do Flamengo; as torcidas dos clubes de futebol da cidade; a partida clássica entre Flamengo e Fluminense (Fla-Flu); e até os gols de Zico no Maracanã. Estes foram definidos como formas de expressão, exceto as torcidas em geral, registradas no livro das atividades e celebrações da cidade [7].

No momento atual, é possível questionar se a decisão de preservar estes patrimônios irá influenciar o debate sobre a perda da identidade cultural das torcidas. Além disso, os bens protegidos pela cidade do Rio de Janeiro retomam a questão sobre a amplitude do conceito de patrimônio cultural. Quanto ao risco de assumir uma visão praticamente ilimitada, Telles afirma: "Isso não só prejudica o incipiente campo do patrimônio, ainda em fase de solidificação, como também dificulta a formulação de políticas públicas para este setor" (2010, p. 105).

PDF gerado a partir de XML Redalyc JATS4R
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa acesso aberto

Tal cenário de dispersão poderia ser ilustrado com vários outros casos, mas dois merecem ser citados por englobar objetos diferentes dos já apresentados. Na Câmara dos Deputados, por exemplo, o Projeto de Lei 1.429/2007, do deputado Sílvio Torres (PSDB/SP) tem o objetivo de estabelecer que a seleção brasileira de futebol integre o patrimônio cultural brasileiro e seja considerada de elevado interesse social. No Pará, em 2013, o governador Simão Jatene sancionou três leis que consideram patrimônio cultural imaterial do estado sete clubes de futebol (Paysandu, Remo, Tuna Luso-Brasileira, Castanhal Esporte Clube, Águia de Marabá, São Raimundo de Santarém e Cametá [8]).

O contexto de ações apresentado anteriormente expõe a necessidade de discussão sobre o conceito de patrimônio cultural utilizado no Brasil, inclusive quando aplicado ao futebol e seu complexo sistema de locais, personagens, instituições e manifestações, com forte apelo social.

A "RETÓRICA DA PERDA" NO CASO DO MARACANÃ

A "retórica da perda", analisada anteriormente, evidencia uma busca permanente pela preservação dos "autênticos" patrimônios culturais, sejam eles de uma nação, região ou etnia. Em contraposição à ideia de integridade no passado, o presente se constitui como um processo de degradação, em que as identidades são, progressivamente, substituídas pela homogeneização.

No caso do Maracanã, este discurso se disseminou na imprensa e entre os comentários de leitores, logo após a reabertura do estádio, em 2013, com profundas modificações visando à Copa do Mundo – a cobertura de concreto foi substituída por uma de lona tensionada e os espaços de arquibancadas e cadeiras, antes separados, foram unidos num plano único de assentos que vai do nível do campo até o alto do estádio, entre outras mudanças.

Sem entrar no mérito da questão relativa à marquise, deve-se recordar que uma mudança na estrutura do estádio já havia sido criticada por Telles (2010), ao interferir em aspectos relevantes para o valor etnográfico considerado no tombamento – o autor referia-se à extinção da geral na reforma de 2005, que prepararia o Maracanã para os Jogos Pan-Americanos de 2007. O setor era conhecido pelas formas de manifestação dos torcedores, muitas vezes fantasiados.

Telles (2010, p. 92), que definiu a mudança como "mutilação" do estádio, sustenta que a substituição da geral por cadeiras poderia ter sido evitada se houvesse uma concepção integrada da proteção ao bem, que considerasse as dimensões material e imaterial. Para ele, nos termos do Decreto 3.551/2000, o chamado "geraldino", como símbolo de manifestação do torcedor, poderia ser entendido como uma forma de expressão passível de registro.

Em 2013, após a última reforma, o novo Maracanã ganhou elogios pelo conforto, modernidade e segurança, mas também suscitou reações de crítica e estranhamento. A experiência de torcer no local ficou ainda mais diferente.

Logo depois da inauguração oficial, com o amistoso entre Brasil e Inglaterra, André Barcinski publicou, no Portal da *Folha de S. Paulo*, um texto cujo título era "Tchau, Maracanã, foi bom ter te conhecido...". O comentário, datado de 4 de junho de 2013, é um bom exemplo da "retórica da perda". O recurso à memória pessoal (inclusive com a publicação da fotografia, feita pelo avô, de sua primeira visita ao Maracanã, em 1970, quando ainda era criança) constrói uma posição de legitimidade do autor para definir a identidade do "verdadeiro" Maracanã, que ficou no passado. Em meio ao processo de descaracterização cultural, Barcinski ressalta a ausência de aspectos simbólicos importantes:

Para começar, vi uma torcida calada e comportadinha. Parecia que os torcedores estavam assistindo a um concerto no Municipal, todos constrangidos em falar alto ou parecer deselegantes.

Quando as câmeras mostravam o público, procurei um negro. Não achei. Também não vi sinal dos torcedores folclóricos que sempre habitaram o estádio. (...)

PDF gerado a partir de XML Redalyc JATS4R
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa acesso aberto

Não estou fazendo elogio da pobreza. Ninguém é a favor de estádios obsoletos e desconfortáveis. Só acho que é possível conciliar conforto e segurança com um certo respeito às tradições, o que, infelizmente, não aconteceu com o Maracanã. (BARCINSKI, 2013)

Em tom saudosista, lamenta-se a perda do que seria o patrimônio cultural envolvido no ato de assistir a jogos de futebol no estádio. Num elogio à experiência "autêntica", vivida num tempo que passou e degradada nos dias de hoje após diversas reformas, Barcinski (2013) afirma que gostava da arquibancada de cimento e do eco da marquise.

Além disso, diante da demanda por um novo padrão para realizar a Copa do Mundo e que refletiria a "vipização" das cidades, Barcinski (2013) diz: "Se eu tivesse 1,2 bilhão de reais, gastaria metade construindo um estádio novo na Barra da Tijuca, batizaria o colosso de 'Arena Cururu', poria um Playstation em cada assento e deixaria o Maracanã em paz". O local havia mudado – e para pior, pelo menos em termos culturais, refletindo a perda de diversidade, o que se relaciona à abordagem de Aloísio Magalhães.

Nos comentários do texto de Barcinski (2013), o leitor identificado como Fabrizzio retoma a questão da geral, embora ela já estivesse fechada há oito anos. Ele diz que o Maracanã até poderia ganhar aquele "aspecto insípido de estádio europeu de segundo escalão", desde que mantivesse a geral, mesmo reduzida. Ao considerar a geral como a "alma" do estádio, o leitor afirma: "Desprezaram na maior o espaço mais folclórico e mítico que nossa cultura da bola criou". Outro leitor comentava que havia visto na geral uma pessoa ajoelhar-se e beijar o chão depois de um gol do seu time. No Maracanã transformado durante o século XXI, não havia mais espaço para este tipo de manifestação.

Ainda sobre o texto de André Barcinski (2013), o leitor Cesar critica a pasteurização da cultura brasileira: "Tudo está se tornando um grande shopping center, com a mesma cara asséptica e sem nenhuma graça... E pra piorar, dificultando ainda mais o acesso da maioria à cultura...".

Na Copa das Confederações, realizada em junho de 2013, o temor da "vipização" se confirmou. Uma pesquisa divulgada no Portal do jornal *Lance* em 3 de julho, e que foi realizada entre as pessoas que assistiram à final Brasil x Espanha, no Maracanã, revelou que 29,9% das pessoas presentes tinham uma renda familiar mensal que variava entre 11 e 20 salários-mínimos. Além disso, de acordo com o texto de Renato Homem (2013), 52,7% dos entrevistados disseram ter vindo de outras cidades. Com um tom saudosista que refletia a ideia de que algo importante havia se perdido, o texto informa que o público era "bem diferente dos áureos tempos do velho Maraca", citando um apelido muito usado no Rio de Janeiro para se referir ao estádio.

Após a competição internacional, a realização de jogos entre clubes no novo Maracanã demandou uma discussão sobre condutas que poderiam ser adotadas. No dia 18 de julho de 2013, segundo o Globo Online, numa reunião com a Polícia Militar, o governo do estado e membros das torcidas organizadas, ficou definida uma série de procedimentos para as próximas partidas no local. De acordo com a reportagem, no novo Maracanã, estaria permitido torcer em pé, tirar a camisa e levar instrumentos musicais. Bandeiras poderiam ser usadas desde que tivessem o tamanho de 4x3 metros e os mastros respeitassem o limite de tamanho de cinco metros. Para os bandeirões, que as torcidas penduravam na parte de cima das arquibancadas, ainda seria estipulado um local adequado. [9]

A mudança não se limitou às manifestações dos torcedores: ela também se refletiu nos preços cobrados em muitas partidas. Na final da Copa do Brasil de 2013, entre Flamengo e Atlético-PR, as entradas variavam de R$ 75 a R$ 800. [10]

Em meio à discussão sobre preços de ingressos e mudanças no Maracanã, a oposição entre tradição e mercado aparece no texto de Ricardo Gonzalez, no blog *Entre as Canetas*, do *Sportv*, no dia 2 de agosto de 2013. Ele também realiza a conexão entre futebol e cultura, ressaltando o forte apelo para a sociedade (cujas classes mais pobres estariam sendo excluídas) e a relação dos torcedores com clubes, não com empresas:

A questão do preço do ingresso nas novas Arenas, em especial no Maracanã, e mais detidamente em jogos do Flamengo, para mim se resume a encará-la com **uma visão humanista ou com uma visão mercantilista**. Ambas têm justificativas, ambas estão "certas", mas ambas são excludentes. A minha visão segue o caminho

humanista, e continuará seguindo, mesmo com definições agressivas como "demagógica" ou "ingênua" por parte de alguns. E a base de minha posição é a certeza de que **futebol é uma manifestação cultural inteiramente distinta de qualquer outra**. Não consigo reduzi-la a comparações com cinema, teatro, shows de música e outros. **Futebol é futebol, é esporte de massa**, sempre foi. Mas, repito, respeito até o fim o pessoal do lado pragmático. Acho que quando tivermos disputando os campeonatos os times da Coca-Cola, Apple, Bradesco, IBM, Votorantim, por exemplo, aí conseguirei pensar no futebol de modo mercantilista. Enquanto a disputa for entre Flamengo, Fluminense, Corinthians... me perdoem, mas eu fico com minha ingenuidade. (GONZALEZ, 2013)

As marcações em negrito, feitas pelo autor, contribuem para aprofundar a oposição delineada por Gonzalez, que faz uma comparação com as expressões da torcida para deixar clara qual é a "verdadeira" identidade do futebol, a ser preservada mesmo diante da necessidade de uma gestão mais profissional nos clubes brasileiros.

Mas, cá entre nós, que ninguém nos ouça: já ouvi muitas torcidas gritando "É campeão!", ou "Recordar é viver, Assis acabou com vocês", ou "E ninguém cala, esse chororô"... ou ainda "Timão, ê ôôô, Timão, ê ô!". **Jamais ouvi nada como "É, superáávit!",** ou **"Recordar é viver, meu clube é mais rico que o de vocês"... ou "Patrimôôniooooo, patrimôôniooo!"**. (GONZALEZ, 2013)

Novamente recorrendo à identificação do esporte com as formas de expressão, Gonzalez (2013) critica o consórcio que gerencia o Maracanã porque, segundo ele, não queria bandeiras e torcedores sem camisa, pelo menos a princípio, o que seria uma prova de que o consórcio "não entende nada de torcida e de Rio de Janeiro", reforçando a ideia de que tais práticas caracterizam a cidade e são, portanto, seu patrimônio. Após afirmar que os gestores do estádio gostariam que o carioca retirasse os ingressos com antecedência, o que não é comum, Gonzalez faz mais uma ironia ao sugerir que o próximo passo do consórcio seria colocar voluntários noruegueses para orientar o público. Para resumir as críticas do autor, que opõe o "nosso" modelo ao dos estrangeiros, cujos critérios mercadológicos estariam afastando o público dos estádios e restringindo as manifestações das torcidas, pode-se dizer que Gonzalez denuncia uma espécie de "expropriação" do futebol.

Afastando o pessimismo, Gonzalez (2013) apresenta argumentos técnicos que justificariam a redução no preço dos ingressos e deixa a impressão de que a visão "humanista" pode prevalecer. Mas, diante do texto baseado em oposições, e da defesa veemente de um ponto de vista, alguns comentários de leitores foram favoráveis ao autor e outros, contrários. Um deles, feito pelo leitor identificado como Alex chamou atenção ao destacar a diferença entre o modelo implantado e o cenário nacional: "Vivemos, com a Copa, a onda do 'padrão FIFA'. Os estádios são (quase), os preços são, mas esqueceram que o Brasil NÃO é!!!".

Para mostrar que o simbolismo deixado no passado tinha aspectos omitidos na "retórica da perda", o leitor que se identifica como Diego lembra o mau cheiro que havia no antigo Maracanã, ressaltando a importância de estádios confortáveis, com banheiros limpos, bares organizados e times de qualidade, o que geraria um preço a ser pago. O comentário reforça a ideia, apresentada por Gonçalves (2002), de que o debate sobre patrimônio deve levar em conta o fato de que certos setores sociais podem considerar que a perda não seja um problema. Por isso é que, como destacado anteriormente, o patrimônio cultural precisa ter "ressonância" perante o público.

Apesar da existência de defensores da mudança, as críticas continuaram. Não era um problema sobre a modernidade do novo espaço, mas sim uma discussão sobre quem assiste às partidas (e como o faz), envolvendo exclusão social, limitação às formas de expressão e, portanto, perda da identidade. Um bom exemplo estava na reportagem do *Globoesporte.com*, no dia 28 de julho, assinada por Fred Huber e Vicente Seda (2013), sobre um protesto contra a elitização do estádio. Antes de um jogo entre Flamengo e Botafogo, torcedores dos dois times vestiram trajes de gala, tomaram *champagne* e gritaram frases em inglês. Alguns cartazes diziam: "Privatizaram a nossa paixão", "Silêncio, jogadores em campo", "100 reais para mim é troco" e "Maracanã para quem?". Sugere-se um retorno às origens elitizadas do esporte no Brasil, antes de

PDF gerado a partir de XML Redalyc JATS4R
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa acesso aberto

sua transformação em identidade popular e, principalmente, nacional, como reflexo da dinâmica cultural e política mencionada anteriormente.

As críticas seguiram em 2014. No dia 11 de abril, em reportagem sobre a má fase dos clubes cariocas na Copa Libertadores da América, com a eliminação de Flamengo e Botafogo na primeira fase, o jornal *O Globo* também faz um diagnóstico da crise no futebol do estado, marcada pela má fase tanto dos chamados times "grandes" quanto dos "pequenos". O texto diz que, entre a tradição e a profissionalização, o futebol do Rio ficou no meio do caminho. Em mais um exemplo de "retórica da perda", o Maracanã simboliza um passado ideal, cujos valores e práticas culturais foram deixados para trás diante de uma visão mercadológica. Na reportagem, o jornalista Pedro Motta Gueiros (2014) afirma:

Nos tempos em que os ingressos eram mais acessíveis e o Maracanã tinha o dobro da capacidade atual, o futebol carioca abrigava a diversidade cultural e econômica de toda a cidade. Além dos quatro grandes, América e Bangu tinham convite para festa que fazia do Rio uma caixa de ressonância para todo o país. Em meio aos tambores de Madureira e ao pagode do Olaria, o futebol pulsava num ritmo que foi sufocado pela necessidade de comercialização do espetáculo. (GUEIROS, 2014)

É interessante observar, na citação do *Globo*, que o foco está nas manifestações culturais que envolvem o futebol. Refletindo uma característica deste tipo de discurso, a ameaça de perda deste patrimônio é um risco para o próprio Rio de Janeiro, que abandona sua identidade e a própria capacidade de ser uma "caixa de ressonância" para todo o Brasil.

A modernização do Maracanã poderia buscar outros caminhos para um equilíbrio entre tradição e mercado? Se conseguir flexibilizar o "padrão Fifa", certamente sim. Já havia ocorrido uma mudança no caso das baianas que vendem acarajé, cujo ofício é patrimônio cultural imaterial do Brasil: após impedir a comercialização do produto no estádio Fonte Nova, uma tradição na Bahia, a decisão foi revertida diante da repercussão negativa. [11]

No caso das arenas esportivas, outros modelos existem no próprio Brasil. Ao construir um estádio em Porto Alegre (RS), o Grêmio incluiu um espaço de geral, sem cadeiras. Porém, como a torcida tinha o hábito de realizar uma avalanche (descida das partes mais altas até as mais baixas) para festejar os gols, o alambrado se rompeu numa partida em 2013. O espaço foi interditado e a liberação posterior só ocorreu com a instalação de barras para impedir a avalanche. Com isso, parte das manifestações existentes na geral foi mantida, mas um aspecto fundamental acabou proibido, o que destaca a complexidade do tema da preservação de práticas tradicionais nas novas arenas, símbolos do futebol que se tornou um negócio milionário e globalizado. [12]

No Maracanã, não há mais volta quanto ao espaço: a geral e a arquibancada anterior ficaram no passado. O que se pode discutir é a criação de uma política não apenas para disponibilizar ingressos mais baratos, mas também para preservar as práticas dos torcedores que frequentam o estádio.

CONCLUSÃO

A "retórica da perda" observada no caso do Maracanã tem como foco a demanda pela preservação de uma identidade para o futebol nos estádios diante da implementação do "padrão Fifa", conforme ficou evidente nas matérias jornalísticas e nos comentários de leitores analisados. Isso leva à questão central deste trabalho: a discussão sobre o que poderia ser considerado patrimônio cultural no que se refere ao futebol.

O sistema que envolve o esporte inclui locais, instituições, personagens e práticas que estariam relacionadas a bens materiais e imateriais passíveis de proteção, o que ficou claro a partir dos exemplos citados anteriormente. No entanto, é preciso que a reflexão sobre o assunto seja aprofundada, já que um conceito muito amplo sobre o patrimônio cultural, como observado no Rio de Janeiro, seria prejudicial para o próprio modelo de proteção. O método do inventário poderia ser usado, nas regiões brasileiras, para identificar bens a serem protegidos e produzir conhecimento sobre eles.

PDF gerado a partir de XML Redalyc JATS4R
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa acesso aberto

Não se pretende neste trabalho fechar uma posição sobre como caracterizar o futebol e suas manifestações entre os patrimônios culturais. Mas defende-se a ideia de que o tema é relevante, afeta milhões de pessoas apaixonadas pelo esporte e, portanto, precisa ser debatido, ainda mais num momento em que os estádios mudaram, gerando melhorias em termos de segurança e conforto, mas também com fortes impactos para a experiência vivida pelos torcedores, o que resulta na falta de "ressonância" social e na "retórica da perda".

Seguindo o conceito de referência cultural, é preciso incluir os torcedores em tal discussão, uma vez que eles são os portadores das tradições e maiores afetados pelas decisões que venham a ser tomadas. Representantes da sociedade em geral e do governo, nos âmbitos federal, estadual e municipal, também devem participar, com o objetivo de gerar uma política integrada e que atenda aos interesses dos envolvidos.

Hoje em dia, é impossível separar futebol e mercado, mas também é necessário preservar bens culturais que são referências para tantas pessoas. Em vez de assumir um lado entre visões opostas, a construção de uma alternativa mais equilibrada torna-se tarefa fundamental (e urgente) no contexto atual.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina Maria do Rego Monteiro. Patrimônio cultural: tensões e disputas no contexto de uma nova ordem discursiva. In: FILHO, Manuel Ferreira Lima; BELTRÃO, Jane Felipe; ECKERT, Cornelia (org). **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra, 2007. pp. 263 – 285.

BARCINSKI, André. Tchau, Maracanã, foi bom ter te conhecido. In: **Folha de S. Paulo online**, 4 de junho de 2013. Disponível em http://andrebarcinski.blogfolha.uol.com.br/2013/06/04/tchau-maracana-foi-bom-ter-te-conhecido/. Acesso em 21 abr. 2014.

BRASIL. Constituição. Constituição [da] Republica Federativa do Brasil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 5 out., 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 21 abr. 2014.

BRASIL. Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 7 ago., 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm. Acesso em 21 abr. 2014.

BRASIL. Decreto-lei º 25, de 30 de novembro de 1937. **Diário Oficial [da] República dos Estados Unidos do Brasil**, Rio de Janeiro, 6 dez., 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em 21 abr. 2014.

DAMATTA, Roberto. Esporte na sociedade: um ensaio sobre o futebol brasileiro. In: DAMATTA, Roberto et al. **Universo do futebol:** esporte e sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1982.

D'ONOFRE, Dan Gabriel; BARBOSA, Juliana Gomes; FERNANDES, Luciana. Futebol, o patrimônio imaterial da Cidade Maravilhosa: o carioca e sua fome de gol. **Itinerarium**, Rio de Janeiro, v. 2, 2009. pp. 1 – 27. Disponível em http://www.seer.unirio.br/index.php/itinerarium/article/view/397/372. Acesso em 21 abr. 2014.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. **Políticas sociais - acompanhamento e análise**, Rio de Janeiro, n. 2, 2001. pp. 111 – 120. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/referencia_2.pdf. Acesso em 21 abr. 2014.

FREYRE, Gilberto. Prefácio de 'O negro no futebol brasileiro'. In: FILHO, Oscar Maron; FERREIRA, Renato. (org.). **Fla-Flu... e as multidões despertaram**. Rio de Janeiro: Editora Europa, 1987. pp. 56 – 58.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda:** os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 2002.

_____. Os limites do patrimônio. In: FILHO, Manuel Ferreira Lima; BELTRÃO, Jane Felipe; ECKERT, Cornelia (org). **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra, 2007. pp. 239 – 248.

GUEIROS, Pedro Motta. Na lanterna - Fiasco carioca na Libertadores. In: **O Globo**, 11 abr. 2014. p. 36.

PDF gerado a partir de XML Redalyc JATS4R
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa acesso aberto

GONZALEZ, Ricardo. Mais algumas sobre os ingressos do Maracanã. In: **Blog Entre as canetas/Sportv**, Rio de Janeiro, 2 ago. 2013. Disponível em http://sportv.globo.com/platb/entre-as-canetas/2013/08/02/mais-algumas-sobre-os-ingressos-do-maracana/. Acesso em 21 abr. 2014.

HELAL, Ronaldo; GORDON, Cesar. A crise do futebol brasileiro: perspectivas para o século XXI. **ECO-PÓS**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, 2002. pp. 37 - 55.

HOMEM, Renato. Público na final do Maracanã: elitizado e com mais de 50% de fora do Rio. In: **Lance online**, Rio de Janeiro, 3 jul. 2013. Disponível em http://www.lancenet.com.br/minuto/Publico-Maracana-elitizado-morando-Rio_0_949105132.html. Acesso em 21 abr. 2014.

HUBER, Fred; SEDA, Vicente. Torcidas usam ironia para protestar contra a elitização do Maracanã. In: **Globoesporte.com**, Rio de Janeiro, 28 jul. 2013. Disponível em http://m.globoesporte.globo.com/futebol/brasileirao-serie-a/noticia/2013/07/torcidas-usam-ironia-para-protestar-contra-elitizacao-do-maracana.html. Acesso em 21 abr. 2014.

MÁXIMO, João. Memórias do futebol brasileiro. **Estudos avançados, São** Paulo, v. 13, n. 37, dez. 1999. pp. 179 – 188. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141999000300009&lng=en&nrm=iso. Acesso em 21 abr. 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. Ratificada pelo Brasil em 2006. Disponível em http://portal.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3794. Acesso em 21 abr. 2014.

STARLING, Monica. Entre a lógica de mercado e a cidadania: os modelos de gestão do patrimônio cultural. In: II SEMINÁRIO INTERNACIONAL POLÍTICAS CULTURAIS. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011. Disponível em http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Politicas_Culturais/II_Seminario_Internacional/FCRB_MonicaStarling_Entre_a_logica_de_mercado_e_a_cidadania.pdf. Acesso em 21 abr. 2014.

TELLES, Mário Ferreira de Pragmácio. **Proteção ao patrimônio cultural brasileiro:** análise da articulação entre tombamento e registro. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro, 2010. Disponível em http://ppg-pmus.mast.br/dissertacoes/Dissertacao_mario_pragmacio.pdf. Acesso em 21 abr. 2014.

VELOSO, Mariza. O fetiche do patrimônio. **Revista Habitus**, Goiânia, v. 4, n. 1, jan./jun. 2006. pp. 437 – 454.

VIANNA, Letícia Costa Rodrigues. Legislação e preservação do patrimônio imaterial: perspectivas, experiências e desafios para a salvaguarda das culturas populares. **Textos escolhidos de arte e cultura populares**, v. 1, n. 1, 2004. pp. 75 – 83. Disponível em http://www.tecap.uerj.br/pdf/v1/vianna.pdf. Acesso em 21 abr. 2014.

Notas

[1]O evento, que marcou o registro das Matrizes do Samba no Rio de Janeiro: partido alto, samba de terreiro e samba enredo, como patrimônio cultural imaterial do Brasil, também comemorava os 70 anos do IPHAN, tendo como marco a criação, em 1937, do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Veja texto sobre o tema em http://www2.cultura.gov.br/site/2007/11/30/70-anos-do-IPHAN/. Acesso em 21 abr. 2014.

[2]As obrigações determinadas pela Fifa são bem detalhadas e podem ser vistas neste link: http://ebookbrowsee.net/caderno-de-encargos-da-fifa-5a-edicao-2011-portugues-pdf-d479621011. Acesso em 21 abr. 2014.

[3]O IPHAN criou em seu Portal um espaço voltado ao patrimônio imaterial, com informações sobre conceito, bens registrados, inventários em andamento, etc. Para saber mais, veja http://portal.IPHAN.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=10852&retorno=paginaIPHAN. Acesso em 21 abr. 2014.

[4]Em pleno século XXI, o racismo ainda é um problema no futebol brasileiro. Recentemente, um árbitro encontrou bananas em seu carro após uma partida e um jogador foi chamado de "macaco" pela torcida. Para saber mais, veja em http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/03/140310_racismo_futebol_copa_ms.shtml. Acesso em 21 abr. 2014.

PDF gerado a partir de XML Redalyc JATS4R
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa acesso aberto

[**5**]Para acessar a lista dos bens tombados no Brasil, clique em http://www.IPHAN.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3263. Acesso em 21 abr. 2014.

[**6**]Para saber mais sobre o Inepac, acesse http://www.inepac.rj.gov.br/. Acesso em 21 abr. 2014.

[**7**]Para obter informações sobre o IRPH, acesse http://www.rio.rj.gov.br/web/irph/principal. Acesso em 21 abr. 2014.

[**8**]O texto sobre a decisão do governador do Pará está em http://www.seel.pa.gov.br/?q=governo-reconhece-clubes-como-patrim%C3%B4nio-imaterial-do-estado. Já o projeto de lei citado pode ser encontrado no Portal da Câmara dos Deputados: www.camara.gov.br.

[**9**]A matéria do Globo Online está em http://oglobo.globo.com/esportes/campeonato-brasileiro-2013/instrumentos-musicais-bandeiras-estao-liberados-para-fluminense-vasco-no-maracana-9085573. Acesso em 21 abr. 2014.

[**10**]Para os preços dos ingressos na final da Copa do Brasil, veja os detalhes em http://www.lancenet.com.br/minuto/Ingresso-Fla-Atletico-PR-Maracana-salgado_0_1027097305.html. Acesso em 21 abr. 2014.

[**11**]Para saber mais sobre o caso, veja http://www1.folha.uol.com.br/esporte/folhanacopa/2013/06/1289865-fifa-recua-e-libera-baianas-do-acaraje-na-fonte-nova.shtml. Acesso em 28 abr. 2014.

[**12**]Para informações sobre o caso envolvendo a geral do Grêmio, veja http://www.correiodopovo.com.br/Esportes/?Noticia=499686. Acesso em 21 abr. 2014.

PDF gerado a partir de XML Redalyc JATS4R
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa acesso aberto